

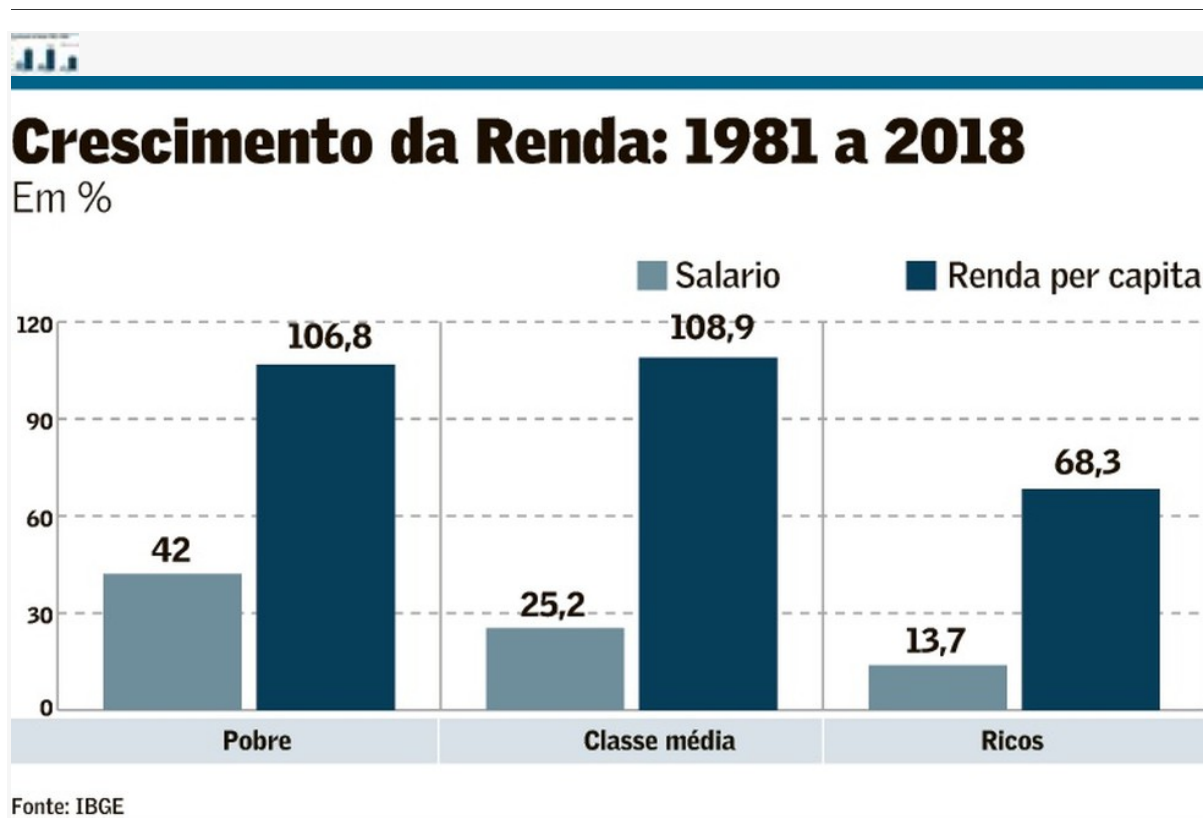
Brasil novo ou Brasil velho?

Naercio Menezes Filho

Valor, 21/02/2020

Se a produtividade da economia não aumentar, os próximos 20 anos serão desastrosos para todos

Estagnação do orçamento da área social é política do Brasil velho, que irá causar problemas enormes no futuro



Estamos enfrentando um longo período de transição depois do crescimento dos anos 2000 e da recessão dos anos 2010. Nossas decisões agora definirão nossa situação nos próximos 20 anos. Para guiar essas decisões é importante entendermos o que aconteceu com o país no passado recente. Como nós dispomos de pesquisas domiciliares consistentes por quase quatro décadas, está na hora de fazer um balanço da evolução do bem-estar das famílias brasileiras nesse período. O que houve com os salários e com a renda familiar per capita dos mais pobres, da classe média e dos mais ricos nas últimas décadas? O que podemos fazer para garantir aumentos de renda ainda maiores nas próximas?

A figura ao lado mostra o que ocorreu com os salários e renda familiar per capita das famílias brasileiras em termos reais entre 1981 e 2018, separadamente para os 30% mais pobres, os 30% mais ricos e para os 40% que estão entre esses dois extremos, a chamada “classe média”. Podemos notar, em primeiro lugar, que o salário médio dos trabalhadores que estavam nas famílias mais pobres cresceu 42%, enquanto na classe média o crescimento foi de 25% e entre os trabalhadores mais ricos apenas 14%. Como interpretar esses fatos?

O maior aumento de salário entre os pobres e na classe média deve-se ao forte aumento do salário mínimo e à grande melhora educacional que houve no Brasil nesse período. Cerca de 1/3 dos trabalhadores nas famílias mais pobres tem carteira assinada e recebe o salário mínimo. Já o pequeno crescimento salarial entre os trabalhadores mais ricos num período tão longo deve-se principalmente ao baixo crescimento da produtividade da nossa economia, que nesse período foi de apenas 16%. Além disso, os mais ricos podem estar recebendo uma parcela crescente da sua renda do trabalho através de PJs ao invés de salários.

A renda familiar per capita média dobrou entre os mais pobres e na classe média e cresceu 68% entre os mais ricos. A diferença entre o crescimento da renda per capita e dos salários decorre em grande parte da diminuição do número de filhos que ocorreu em todas as classes. Em 1981 as famílias mais pobres tinham em média quase 7 pessoas morando em casa, ao passo que em 2018 eram apenas 4,5. Na classe média, o número de pessoas passou de 5,5 para 3,5 e entre os mais ricos de 3,8 para 3 pessoas. O aumento na participação das mulheres e os programas de transferências de renda também contribuíram para o aumento da renda familiar. Vale lembrar que as pesquisas domiciliares não capturam muito bem o rendimento total dos muito ricos.

A mudança demográfica ainda persistirá por algum tempo entre os mais pobres, mas o ritmo de queda do número de filhos será cada vez menor. Assim, a renda familiar deverá acompanhar cada vez mais o crescimento dos salários que, por sua vez, irá depender do crescimento da produtividade, já que não haverá mais aumentos reais do salário mínimo.

Na verdade, o comportamento da renda familiar nos últimos 38 anos engloba dois períodos distintos, que podemos chamar de “Brasil velho” (1981 a 1993) e o “Brasil novo” (1993-2018). Durante o Brasil velho, os salários caíram cerca de 30% entre os mais pobres e 15% entre os mais ricos. A renda familiar caiu para todas as classes. Era um período de economia fechada e hiperinflação, em que as pessoas mais pobres eram basicamente relegadas a sua própria sorte, sem acesso à educação, saúde ou assistência social.

No Brasil novo, os salários dos mais pobres dobraram e sua renda aumentou 142%. A renda dos mais ricos aumentou 78%, ou seja, todos ganharam. Foi o período em que o Plano Real acabou com a inflação, a Constituição de 1988 instituiu o SUS e a estratégia Saúde da Família, as vagas no ensino superior triplicaram, o Fundef redistribuiu recursos educacionais para os municípios mais pobres, o salário mínimo foi valorizado e os modernos programas de transferência de renda foram criados.

Agora temos que decidir o que seremos no futuro. Uma das pré-condições para garantir a solvência do país foi fazer a reforma da previdência, que era o nosso principal desafio na área fiscal. As reformas do mercado de trabalho, se não geraram o crescimento esperado de emprego, pelo menos tornaram as leis trabalhistas um pouco menos rígidas. As reformas fiscais, administrativa e tributária que estão na ordem do dia também são importantes para manter a estabilidade fiscal e melhorar a racionalidade econômica. Mas elas serão insuficientes para gerar crescimento de produtividade, renda e emprego no longo prazo.

Para que possamos crescer de forma sustentada teremos que investir nas pessoas. Como a transição demográfica está acabando, será necessário melhorar a educação e saúde dos mais jovens, especialmente das crianças. Nesse sentido, a estagnação do orçamento da área social durante a recessão é uma política típica do Brasil velho, que irá causar problemas enormes no futuro, ao afetar o desenvolvimento infantil. A ausência de um sistema educacional articulado, em que políticas bem sucedidas sejam implementadas em todas as redes, prejudicará muito as novas gerações. Enfim, falta fazer a maior das reformas: igualar as

oportunidades entre as crianças (com mais educação, saúde e assistência social) e entre empresas (através de maior competição).

Em suma, a renda dos mais pobres cresceu bastante nas últimas décadas devido à melhora educacional, valorização do salário mínimo, transferências de renda e principalmente devido à redução do número de filhos. O salário entre os mais ricos cresceu apenas 14% em 37 anos, reflexo da falta de crescimento de produtividade. Se ela não aumentar, os próximos 20 anos serão desastrosos para todos. As reformas para arrumar a casa são necessárias, mas insuficientes para um crescimento sustentado de produtividade. Precisamos voltar a investir nas pessoas. Precisamos decidir se queremos voltar a ser o Brasil velho ou se continuaremos na trajetória do Brasil novo.

Naercio Menezes Filho é professor Titular da Cátedra Ruth Cardoso no Insper, professor associado da FEA-USP e membro da Academia Brasileira de Ciências, escreve mensalmente às sextas-feiras (email: naercioamf@insper.edu.br)